

Governo Algorítmico e Conexões: Novos Aspectos da Subjetividade a partir de Michel Foucault

[Algorithmic Government and Connections: New Aspects of Subjectivity from Michel Foucault]

Jefferson da Silva*; Marcius Tadeu Maciel Nahur**

Resumo: Este artigo tem como objetivo discutir a governança gerenciada pela lógica dos algoritmos. Trata-se de uma lógica de cálculos e estatísticas utilizada para conduzir as ações individuais, mesclada às funções das máquinas, caracterizando um novo regime de produção de subjetividades. Estruturando as relações entre o humano e a máquina e recolhendo o máximo de informações sobre os desejos e necessidades dos indivíduos, a governança algorítmica opera com a ideia de uma regulação inerente à própria circulação intermitente de dados, afetando experiências pessoais e sociais, através da vigilância sistêmica e do controle gradativo dos processos das manifestações subjetivas. Por fim, contudo, serão trazidas reflexões, a partir de Michel Foucault, sobre o cuidado de si e o conhecimento de si, enquanto possibilidades de transformações da subjetividade e até mesmo de resistência às eventuais manipulações por esses sistemas.

Palavras-chave: Tecnologias. Algoritmos. Indivíduos. Subjetividade.

Abstract: This article aims to discuss the governance managed by the logic of algorithms. It is a logic of calculations and statistics used to conduct individual actions, mixed with the functions of machines, characterizing a new regime of production of subjectivities. Structuring the relationship between the human and the machine and gathering the maximum of information about the desires and needs of individuals, the algorithmic governance operates with the idea of a regulation inherent in the intermittent circulation of data itself, affecting personal and social experiences, through the systemic surveillance and the gradual control of the processes of the subjective manifestations. Finally, however, reflections will be brought, from Michel Foucault, on the care of oneself and the knowledge of oneself, as possibilities for transformations of subjectivity and even resistance to eventual manipulations by these systems.

Keywords: Technologies. Algorithms. Individuals. Subjectivity.

*Doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica da São Paulo (PUC-SP). Professor do Centro Universitário Salesiano de São Paulo (Unidade Lorena) e da Faculdade Canção Nova (Cachoeira Paulista). E-mail: je.filos@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2671-4621>.

**Mestre em Direito pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo (Unisal). Professor do Unisal (Unidade Lorena) e da Faculdade Canção Nova (Cachoeira Paulista). E-mail: macielnahur@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8729-9719>.

Introdução

Qualquer iniciativa que leve ao encontro de indivíduos, como por exemplo, a solicitação de um determinado serviço, após a pesquisa no buscador preferido e realizada a escolha entre as opções oferecidas, com a inserção do nome do estabelecimento no aplicativo de localização, atualmente, se apresenta como uma inquietante questão para o universo da chamada subjetividade. Os minutos de utilização de algum aplicativo de serviços ou mesmo interações nas redes sociais, na era tecnológica, constituem enormes bases de dados, recebendo e transmitindo informações em torno essas operações. Com o frenético ritmo de entradas e saídas no espaço virtual, dados e desejos das pessoas vão se acumulando como fontes privilegiadas de informação, sempre prontas para serem acessadas, selecionadas e controladas pelos sistemas tecnológicos de informação e comunicação. Máquinas e memórias artificiais, cujas nuvens de informações pairam sobre as vidas humanas, mitigam as distâncias entre os mundos real e virtual, acionando e satisfazendo necessidades coletivas e singulares.

É um fato a presença das tecnologias, indo de um usual computador até os mais sofisticados sistemas de segurança por sensores e câmeras. A decodificação total de seu funcionamento é de difícil diagnóstico objetivo. No entanto, sua presença é notável. Encontra-se em di-

ferentes artefatos, porém, assemelha-se mais a um regime da visibilidade e da inteligibilidade dos corpos e suas experiências. Por meio das mais diversas tecnologias, é possível se acessar, traduzir e classificar gostos, tendências apresentadas pelas pessoas, enfim, toda sorte de manifestações de suas subjetividades, em tempo imediato, capturando as suas múltiplas variações.

A automatização de funções e os ambientes interativos e inteligentes das novas tecnologias tende a proporcionar formas de vida mais fáceis, confortáveis, prazerosas e eficientes. Fala-se muito dos ganhos nessa convivência interativa com as máquinas, especialmente, na medida em que elas detectam, avaliam e, sobretudo, antecipam desejos e interesses, conhecendo as preferências e as redes de relações.

A customização de necessidades, baseada em dados sobre ofertas e buscas, bem como a construção de perfis individualizados, dão a impressão de que as máquinas conhecem bem melhor as pessoas do que elas mesmas possam se conhecer. Além disso, possibilitam a identificação daquilo que não se quer, evitando não só a perda de tempo, mas também os riscos de contatos sociais tormentosos. Ser observado, dentro de uma ideologia da objetividade dos procedimentos autômatos, tem a característica de uma aparente tecnologia seletiva de segurança para relações, bens e serviços.

A presente investigação, lastreada

em pesquisa bibliográfica, não pretende elencar os vários sistemas e suas máquinas, nem apontar as mais recentes tecnologias da informação e da comunicação. O seu propósito é introduzir a discussão filosófica, a partir de Michel Foucault, a respeito de sistema de controle que podem afetar a questão da subjetividade.

O tema-problema da discussão está, especificamente, na interação entre as subjetividades e as tantas tecnologias autônomas disseminadas pelo mundo. O foco da discussão é como os indivíduos passam a ser objetos da observação, classificação e predição de suas interações sociais virtuais. Em outras palavras, trata-se de discutir como as tecnologias, ao traduzirem e predizerem o espectro subjetivo dos indivíduos, com seus respectivos modos de pensar, agir e sentir as coisas, podem gerar novas configurações das subjetividades, tanto diluindo umas quanto produzindo outras, de modo que o cuidado de si e o conhecimento de si ainda possam ser alternativas de resistência a eventuais manipulações de sistemas tecnológicos.

Para tanto, de início, aborda-se o problema de um novo tipo de configuração da subjetividade em que os indivíduos acabam sendo mais do que meros objetos de controle para efeitos políticos ou econômicos, mas verdadeiras partes integrantes de um sistema de informação e comunicação.

Na etapa seguinte, busca-se retomar o conceito de governança estratégica,

com seus intrincados procedimentos calculistas, e seus reflexos na condução da vida e dos corpos no sentido de controle da circulação e das relações por eles operadas.

Na sequência, coloca-se em pauta a questão da relação contemporânea entre os chamados processos políticos discursivos e as transformações engendradas pela produção afetiva e existencial de subjetividades.

No próximo passo, faz-se uma incursão pelo que se chamaria de espécie de “memória do futuro”, aumentada pela percepção do presente, construída a partir de perfis de usuários, mas sem interferências subjetivas.

Por último, a partir de Michel Foucault, será resgatada a visão do cuidado de si e do conhecimento de si, entendidos como afirmação da individualidade e da capacidade de ação livre, enquanto possibilidades de resistência a mecanismos de vigilância e controle que podem afetar a subjetividade.

1. A vida panóptica digital

Foi com Jeremy Bentham, ainda no século XVIII, que se conheceu a ideia panóptica, aquela que propõe um tipo de estabelecimento, com disposições preparadas para vigilância abrangente, capaz de controlar ou dirigir pessoas agrupadas (BENTHAM, 2008, p. 19). Em linhas gerais, trata-se de um complexo arquitetônico em que uma torre

de vigilância, no centro, é cercada por um anel periférico. Este último é dividido em celas com uma janela para a torre e outra para o exterior. Isso permite que a claridade atravesse cada compartimento celular e, assim, quem estiver na torre consegue visualizar as silhuetas pelo efeito de contraluz. Em contrapartida, os que se encontram nas celas estão impossibilitados de ver o vigia (FOUCAULT, 1996, p.141-143). Pensando em uma casa de inspeção ideal, em que todos os confinados possam ser vigiados simultaneamente, ele fala de um estabelecimento panóptico. Mas, o maior segredo dessa ambiente é que os confinados não conseguem saber se estão sendo vigiados ou não. A impossibilidade de se saber se o inspetor está vigilante ou não, por conseguinte, traz o resultado esperado, qual seja, um determinado comportamento dos confinados desejado pelo vigilante. O efeito mais importante do modelo do panóptico é a indução, no indivíduo, da certeza de que ele está sendo vigiado, por mais que, efetivamente, nem sempre aconteça. Nesse sentido, tem-se a promoção de um estado permanente de vigilância, o que garante a eficiência do poder disciplinar. Esse poder se configura como automático e anônimo, proporcionando o advento de certa sujeição voluntária, por parte dos indivíduos, sem a necessidade de se recorrer à força para obrigá-los a seguirem determinados padrões de comportamento. No fundo, os próprios indi-

víduos, agindo na padronização coletiva, acabam sendo os alimentadores do poder disciplinar que incide sobre todos eles, ainda que não percebam tal condição. Quanto mais o poder vigilante e disciplinador se aproxima do incorpóreo coletivo, mais demonstra sua eficiência sobre os corpos dóceis (FOUCAULT, 1996, p. 145-147). É nessa lógica disciplinar que o poder funciona como uma máquina, pois "[...] é o aparelho inteiro que produz 'poder' [...], o que permite ao poder disciplinar ser absolutamente indiscreto, pois está em toda parte [...] e absolutamente 'discreto'" (FOUCAULT, 1996, p. 148).

A ideia de panóptico encontrou ampla repercussão devido a Michel Foucault, para quem a sociedade se organizaria, de certo modo, em conformidade com as demandas que se encontram por trás da ideia do panoptismo, uma espécie de vigilância abrangente que teria como objetivo fazer com que os sujeitos se comportassem de maneira desejada pelo poder disciplinador.

De acordo com a análise apresentada em *Vigiar e Punir*, a sociedade disciplinar começa a se estruturar no século XVIII, a partir de uma reforma paulatina nas políticas punitivas. Entretanto, o que ocorre de novo, a partir do século XVIII, é o fato de a busca por disciplina deixar de existir em estado isolado e se configurar como técnica privilegiada de gestão de indivíduos. Para tanto, é preciso adestrar os desviantes em potencial mediante a introdução de mecanismos

capazes de modelagem de indivíduos disciplinados e, até certo ponto, bastante previsíveis (FOUCAULT, 1987, p. 221). Visando à sua eficiência, o poder disciplinar opera, inicialmente, na distribuição dos indivíduos no espaço, vale dizer, ele trabalha com base no princípio da clausura do sujeito. Assim, dentro dos limites demarcados, o poder disciplinar encontra-se apto para funcionar da melhor forma possível, mantendo a vigilância em estado de constância. Dentro desses limites, são organizadas e dispostas algumas conveniências para que se retire delas o maior número de vantagens.

Com efeito, a concepção foucaultiana de poder não remete à dominação de um indivíduo ou de um grupo sobre outros. Não há aqueles que detêm o poder e aqueles que, por não o possuírem, a ele são submetidos; ao contrário, o poder circula em rede e cada indivíduo pode exercê-lo e, no mesmo instante, a ele se render. Assim, no modelo do panoptismo, na realidade, não há a necessidade de um vigilante concreto, posicionado na torre central. Todos os componentes presentes na cena, ao mesmo tempo, se tornam agentes e alvos do poder disciplinar (FOUCAULT, 1987, p. 223). Neste contexto, é importante perceber que haverá a entrada dos sujeitos em um universo documentário. Em outras palavras, o resultado dessas práticas é, pois, a montagem de um arquivo com registros e documentos sobre a história de cada sujeito, transformando-o

em caso a ser analisado, descrito, mensurado, comparado e, por fim, disciplinado. Através de sucessivas práticas de exames, reconhece-se que o poder disciplinar favorece a constituição de modos de subjetivação caracterizados, a princípio, por uma individualidade. Essa individualidade se refere à história de vida singular de cada sujeito, bem como de suas características particulares e capacidades próprias a serem descritas e analisadas. Ao mesmo tempo em que o poder disciplinar conduz a uma tendência para semelhança, ele também individualiza os sujeitos, possibilitando a delimitação de suas particularidades. Desse modo, toda a escala de diferenças individuais e singulares está no foco da disciplina, porém, dentro de um espectro mais amplo de homogeneidade que ela aponta como sendo a regra (FOUCAULT, 1987, p. 225). A sociedade disciplinar é, pois, aquela que assiste ao alastramento do modelo do panoptismo por todas as vias que atravessam a vida subjetiva. Com ela, não apenas se dissemina a questão da vigilância contínua, mas também toda a política de estabelecimento de sanções normalizadoras, das práticas de exame e, principalmente, da produção de modos de subjetivação individualizados.

Entretanto, a concepção disciplinar não seria o limite último. O próprio Michel Foucault lançava também sementes para se pensar que, um pouco mais adiante da disciplina, já se germinava a ambição pelo controle mesmo dos su-

jeitos. Nesse sentido, seus dizeres apontam para a evolução da disciplina, até se tornar uma técnica de exercício do poder: “Os mecanismos disciplinares são, portanto, antigos, mas existem em estado isolado, fragmentado, até os séculos XVII e XVIII, quando o poder disciplinar foi aperfeiçoado como uma nova técnica de gestão de homens.” (FOUCAULT, 1984, p. 105). De fato, para além da sociedade disciplinar, a sociedade de controle não se baseia na divisão do espaço, em localizações distintas e em demarcações por balizas. Na sociedade de controle, o poder se dispersa, torna-se desterritorializado e disseminado por entre os limites agora abertos pela queda dos muros de confinamento. Contudo, na sociedade disciplinar, a eficiência do poder seja sempre parcial, na medida em que é exercido dentro de espaços fechados, na sociedade de controle, por sua vez, o poder se espalha, não mais se limitando a quaisquer lugares específicos. Assim, na transição de um modelo para outro tem-se a extensão generalizada do exercício do poder: o espaço estriado da sociedade disciplinar é, progressivamente, transformado no espaço liso característico da sociedade de controle. Nesse sentido, a sociedade de controle é definida como aquela que assiste à intensificação e à extensão dos dispositivos de poder da sociedade disciplinar. Por sua vez, tal organização vai desembocar em algumas mudanças nos modos de subjetivação contemporâneos, se compara-

dos àqueles desenvolvidos na sociedade disciplinar.

A diferença a ser enfatizada entre a sociedade disciplinar e a do controle aponta para o relativo silenciamento do potencial de resistência dos sujeitos. Na sociedade disciplinar, o efeito do poder normalizador, por ser parcial, não obtinha êxito nas tentativas globalizantes de disciplinamento dos comportamentos subjetivos. Significa dizer que, apesar de objetivar a transmissão de determinados valores, a submissão aos imperativos não chegavam a ocorrer de forma plena, porquanto o espaço localizado fora de seus domínios ficava, permanentemente, reservado ao desvio, à resistência e, até mesmo, à transgressão. Em outras palavras, no tocante ao sujeito disciplinado, ainda se reconhece certa margem de liberdade para se negociar com as normalizações estabelecidas. Entre a subjetividade disciplinada e a subjetividade controlada há, pois, uma distinção em nível de singularização. A questão envolve processos de moldagem e modulação. O processo de moldagem diz respeito à subjetividade disciplinada, porque submetida a esquemas mais ou menos estáveis de conformação das singularidades individuais. Já o processo de modulação está relacionado subjetividade controlada, enquanto submetido a constantes identificações de perfis, padronizados por análises selecionadoras de suas principais características. A construção de uma subjetividade controlada passa a

ser feita por intermédio da combinação e dosagem de modelos identificadores dessas singularidades moduladas. São essas subjetividades controladas que abrem o caminho para que se avance na maquinaria do sistema Panóptico, que se configura como uma “[...] máquina de dissociar o par ver-ser visto: no anel periférico, se é totalmente visto, sem nunca ver; na torre central, vê-se tudo, sem nunca ser visto.” (FOUCAULT, 1987, p. 225). O Panóptico é um local privilegiado para tornar possível a experiência com sujeitos com suas singularidades e analisar as transformações que pode obter neles. Nesse sentido, assim é dito:

O Panóptico funciona como uma espécie de laboratório do poder. Graças a seus mecanismos de observação, ganha em eficácia e em capacidade de penetração no comportamento dos homens; um aumento de saber vem se implantar em todas as frentes do poder, descobrindo objetos que devem ser conhecidos em todas as superfícies onde este se exerça. (FOUCAULT, 1987, p. 228).

Agora, o passo adiante estava dado. Do Panóptico “prisional” seguiu-se para o Panóptico “digital”. Essa passagem foi só uma questão de tempo. E esse tempo não tardou para chegar. O poder dos algoritmos tornou-se uma

realidade. No panóptico digital, a confiança não é possível e nem necessária. As informações críveis estão todas dispostas ao alcance de um toque digital. A conexão digital viabiliza a aquisição de informação de tal maneira que a confiança, como práxis social da subjetividade, perde cada vez mais seu significado. Ela cede lugar para o controle. Nesse sentido, “[...] a sociedade da transparência tem uma proximidade estrutural à sociedade da vigilância.” (HAN, 2018, p. 122). Onde é possível conseguir informações, com muita rapidez e facilidade, há uma mudança significativa: muda-se da confiança para o controle, sob o discurso da ampla transparência. No fundo, é uma sociedade da eficiência. Todo clique feito é salvo. Todo passo dado é passível de rastreamento. Rastros digitais, como pegadas no chão, ficam em todo lugar. Nesse sentido, a possibilidade de “[...] um protocolamento total da vida substitui a confiança inteiramente pelo controle. No lugar do *Big Brother* entre o *Big Data*” (HAN, 2018, p. 122).

A sociedade da vigilância digital apresenta uma estrutura especial daquela concepção panóptica. O Panóptico benthaniano consiste em células isoladas umas das outras. Os vigiados não têm possibilidade de comunicação uns com os outros. As divisórias existentes não permitem que eles possam ver uns aos outros, pois, ficam isolados em suas celas. Já os “habitantes livres” do Panóptico digital, em contrapartida,

podem se manter conectados uns com os outros em contínuos fluxos interativos. Não há isolamento espacial e comunicativo, mas sim conectividade e hipercomunicação em ritmo frenético. É essa interatividade intermitente que torna o controle total possível. Ela abas-tece o Panóptico digital com todo tipo de dados, ali lançados na intensidade interativa. Não se quer dizer que a era digital foi a exclusiva responsável por essa transição, mas, de certa maneira, ela pode ser considerada um dos fatores bastante significativos para tal pas-sagem, assim como se pode notar nos dizeres de Jaron Lanier:

Algo totalmente novo está acontecendo. Nos últimos cinco ou dez anos, quase todo mundo começou a carregar consigo, o tempo todo, um aparelhinho chamado smartphone, feito sob medida para modificações de comportamento pelos algoritmos. Muitos de nós também usam aparelhos chamados smart speakers (alto-falantes inteligentes) na bancada da cozinha de casa ou no painel do carro. Estamos sendo rastreados e avaliados constantemente, e recebendo o tempo todo um feedback artificial. [...] Os algoritmos correlacionam o que você faz com o que quase todas as outras pessoas têm feito. Os algoritmos não en-

tendem você de fato, mas existe poder nos números, sobretudo nos grandes. (LANIER, 2018, p. 13).

Diferente do Panóptico “prisional”, no panóptico digital dos algoritmos a observação e a vigilância ganham aumento exponencial.

Todo esse universo digital é uma promessa de liberdade sem limites, contudo não se podendo desconsiderar a possibilidade de certo controle da vida das pessoas. O fato é que esse universo digital, tal como a inteligência algorítmica, abre um horizonte de novas configurações da subjetividade, como se abordará em seguida.

2. Inteligência algorítmica e subjetividades reconfiguradas

Para Hannah Arendt, o mundo contemporâneo caracteriza-se pela perda das experiências, afetivas e existenciais, embora ela não chegasse a imaginar um modo tecnológico de anulação do indivíduo e de suas subjetividades. Em sua visão, na medida em que atos e pensamentos se configuravam como um cálculo de consequências, uma espécie de função cerebral, nos limites entre o produzir e o fabricar, o humano foi lançado em “[...] um funcionamento puramente automático, [...] entorpecido e ‘tranquilizado’ de comportamento” (ARENDR, 2007, p. 402-403). Embora ela não te-

na vivenciado o mundo governado por algoritmos, é possível extrair do seu pensamento uma antecipação de um modo de vida automatizada em que os indivíduos podem estar imersos, sem mesmo terem tal percepção.

A sociedade contemporânea, ainda que se esforce para manter elementos estruturantes da vida como legitimidade, justiça, verdade e demais valores dessa ordem, depara-se também com um sistema organizador com outras características e estratégias. Além de uma ação política que transita pelas ideias de Estado, representação dos interesses, direitos e deveres, há uma expansiva governança da vida cotidiana, exercida por meio de máquinas e dispositivos de controle de subjetivações, que se vale da combinação sistêmica de dados e desejos dos indivíduos.

A ação governante, agora, se desloca para o universo das tecnologias da informação e da comunicação, estabelecendo mecanismos de poder e configurando as relações interativas entre os conectados. É a própria ideia de governar que está em revisão. Assim, ela é tida como a ação de condução das ações dos outros e das coisas, fixando uma dinâmica de cálculos baseados na observação dos fenômenos populacionais e dos fatos relacionados a tais eventos. Com o acesso a uma série de dados e probabilidades regulares, são potencializadas políticas de otimização da capacidade de controle da vida, através de saídas e entradas nos processos geridos

e governados pelas tecnologias. Não seria o fim do indivíduo, nem mesmo sua dessubjetivação, mas sim o nascimento de outras subjetivações.

É possível recordar aqui o *Big Data* (“Grandes Dados”) e o *Data Mining* (“Mineração de Dados”), comparando-os com o conceito de dispositivo de Michel Foucault. O *Big Data* é um sistema de coleta de dados em larga escala, com múltiplos conteúdos e sendo gerados em ritmo intenso estão a reinar no universo sistêmico. O *Data Mining* constitui o processo de explorar grandes quantidades de dados à procura de padrões consistentes. Como regras de associação ou sequências temporais, para detectar relacionamentos sistemáticos entre variáveis, o “minerador” segue identificando novos subconjuntos de dados. Ele é formado por um conjunto de ferramentas e técnicas que, através do uso de algoritmos de aprendizagem ou classificação, baseados em redes de vasta capilaridade, são capazes de explorar um conjunto de dados, extraindo e evidenciando padrões nesses dados coletados, para efeitos estatísticos e cognitivos. Dentro da lógica de um processo eletivo, busca-se peneirar dados que interessam a determinada modelagem de comportamentos. Das massivas acumulações de dados, portanto, começam a surgir informações estatísticas oriundas das correlações de informações não selecionadas, não classificadas e não hierarquizadas, bastante heterogêneas.

Tais sistemas de dados são passíveis de utilização tanto para o desenvolvimento de uma coletividade, quanto podem ser instrumentos de manipulação. Isso permite recordar a noção de dispositivo assinalada por Michel Foucault. Para ele, o dispositivo tem o caráter estratégico e funcional, de modo que procura lidar com a tensão, tendo em vista a condução de as relações de forças, seja para bloqueá-las ou delas fazer uso. Em entrevista de 1977, o filósofo fez o seguinte comentário sobre o termo:

Aquilo que procuro destacar com este nome é, primeiramente, um conjunto absolutamente heterogêneo que implica discursos, instituições, estruturas arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais e filantrópicas, em resumo: tanto o dito como o não dito, eis os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se estabelece entre estes elementos. [...] O dispositivo tem uma função eminentemente estratégica. [...] Trata de uma certa manipulação de relações de força, de uma intervenção racional e combinada das relações de força, seja para desenvolvê-las em certa direção, seja para bloqueá-las, ou para estabilizá-las, utilizá-las.

(FOUCAULT, 2008a, p. 23).

Percebe-se que os dispositivos utilizados como estratégia podem servir aos interesses dos governantes para a manipulação de forças fazendo com que a subjetividade vá ganhando novos contornos. Aparentemente sem qualquer intervenção, a objetividade e a veracidade dos resultados obtidos por meio dos tais dispositivos comparando-os aos sistemas de coleta e seleção de dados parecem chegar ao seu grau máximo, pois suas hipóteses são os próprios dados em circulação. Trata-se de algo semelhante ao diagrama foucaultiano, uma espécie de mapa das relações de forças, que procede por ligações primárias não localizáveis e passa a cada instante por todos os pontos. Nesse sentido, a noção de diagrama começou a ter grande relevância como um dispositivo gerador de novas ideias e, em sua incursão pelo pensamento foucaultiano, Gilles Deleuze assim passou a entendê-lo:

O diagrama não é mais o arquivo, auditivo ou visual, é o mapa, a cartografia, coextensiva a todo o campo social. É uma máquina abstrata. Definindo-se por meio de funções e matérias informes, ele ignora toda distinção de forma entre um conteúdo e uma expressão, entre uma formação discursiva e uma formação não

discursiva. É uma máquina quase muda e cega, embora seja ela que faça ver e falar. (DELEUZE, 2006, p. 44).

O importante é pensar as relações dessa “máquina abstrata” com o saber e o poder. Michel Foucault desenvolveu, por exemplo, a formação de regimes de verdades e tecnologias de governo como estratégias, a partir das quais se instituem relações saber-poder, para demonstrar que o poder é uma rede que inclui a todos. Desse modo, ocorre uma sujeição do indivíduo a uma imagem que não fora inteiramente concebida e construída por si, de modo que o sujeito não é fruto de um processo de autoconstituição, mas impelido a se tornar sujeito pela norma, estabelecida a partir de regimes de verdade definidos por esquemas que encontra e que lhe são propostos, sugeridos e, enfim, impostos pela sociedade e pela cultura. Nesse sentido, aqui se afasta do eixo consciência-conhecimento-ciência da subjetividade para se ingressar no eixo prática discursiva-saber-ciência. (FOUCAULT, 2008b, p. 205). Trata-se de uma nova *episteme*, assim delineada:

Suspeitaremos, talvez, que a *episteme* seja algo como uma visão do mundo, uma fatia de história comum a todos os conhecimentos e que imporia a cada um as mesmas normas e os mesmos postulados, um estágio

geral da razão, uma certa estrutura de pensamento a que não saberiam escapar os homens de uma época - grande legislação escrita, definitivamente, por mão anônima. (FOUCAULT, 2008b, p. 214).

Aqui é necessário um paralelo do controle da *episteme* e o controle dos dados estatísticos. Na sociedade da cultura estatística, as informações obtidas são o resultado de filtros e convenções advindas de debates e conflitos, podendo todas elas serem questionadas pelas subjetividades envolvidas, especialmente, por todos aqueles que operam cálculos de governança. Essa estatística, porém, tem características diferentes das probabilidades algorítmicas sustentadas pelas grandes bases de dados. A estatística tem por escopo a confirmação ou não de hipótese previamente suscitada. Já o algoritmo coletará e selecionará os dados sobre os quais pode operar uma quantificação dos números em cifras de comparação, a partir de uma temática. Será realizada uma avaliação positiva ou negativa da hipótese proposta, a partir de convenções, por vezes, controversas e com significações diferentes, segundo o ponto de vista de quem as opera.

A realidade adquire uma aparência de esfera pública, embora podendo ser controlada por interesses de outros, como governos e empresas coletando quantidades massivas de dados

não classificados. Esses dados podem ser oriundos de redes sociais, de veiculadores de notícias, de sensores de faces, sons e imagens, de endereços eletrônicos, geolocalizadores e autorizações de celulares, sistemas de cartões, operações comerciais, pesquisas científicas, sistemas de segurança, entre outros. Esse volume astronômico de dados, todos armazenados eletronicamente, podem ser inseridos por indivíduos, voluntariamente, em resposta a alguma demanda, cedidos diante de determinada solicitação, ou, simplesmente, mantidos em algum ambiente. Ainda assim, não aparecem como subtraídos sem autorização, pois aparentam estarem dispersos e disponíveis em quaisquer lugares. As funções algorítmicas têm a característica de produzirem mecanismos de controle sem a necessidade de acionar discursos e ideologias como estratégias centrais de governo.

Um acrônimo empregado por Jaron Lanier pode ser utilizado para ilustrar: *Bummer - Behaviors of User Modified, and Made into an Empire for Rent*, que em português significa “Comportamentos de Usuários Modificados e Transformados em um Império para Alugar”, tal como traduziu o referido autor (LANIER, 2018, p.34). Explica ele o que é essa tal *Bummer*:

[...] é uma máquina estatística que vive nas nuvens da computação. Vale repetir: esses fenô-

menos são reais, ainda que estatísticos e indistintos. Mesmo em sua melhor forma, os algoritmos da *Bummer* só conseguem calcular as chances de uma pessoa agir de determinada maneira. Mas, em conjunto, probabilidades individuais acabam se aproximando de uma média de certeza quando falamos de um grande número de pessoas. (LANIER, 2018, p. 34).

Nesse processo de agigantamento da inteligência algorítmica, pode se operar uma mudança no conceito de subjetividade. Tal subjetividade encontra, nessa nova forma de conhecimento, uma advertência inquietante, que pode ser aproximada das palavras de Michel Foucault:

[...] sabemos que, no campo teórico moderno, o que se gosta de inventar não são sistemas demonstráveis, mas disciplinas cuja possibilidade se abre, cujo programa se delinea e cujo futuro e destino se confiam aos outros. Ora, apenas acabado o esboço de seu desenho, eis que elas desaparecem com seus autores. (FOUCAULT, 2008b, p. 231).

Embora o filósofo não esteja se refe-

rindo diretamente ao algoritmo é possível perceber nas suas palavras uma transformação da subjetividade e um embasamento de seus controladores como pode ser aproximado do sistema algorítmico.

De forma gradativa, a subjetividade vai sofrendo significativas transformações, na medida em vai deixando de ser ativa e protagonista de suas vontades, de suas escolhas e de seus anseios, podendo se configurar em fornecedor de dados, que seguem armazenados e classificados por centros artificiais de tratamento estratégico e cálculos estatísticos a serviço do poder e do mercado. A subjetividade vai experimentando novas configurações, emergindo uma governança sobre os indivíduos, como se verá a seguir.

3. Governança estratégica e controle da vida

A expressão governança estratégica está ligada à ideia de “governamentalidade algorítmica”. O termo “governamentalidade algorítmica” foi cunhado, entre os anos de 2011 e 2013, pela filósofa do direito Antoinette Rouvroy. No seu texto *Technology, virtuality and utopia*, ela anuncia uma “racionalidade governamental” animada pela “computação autônoma” (ROUVROY, 2011, p. 121-123). Nesse texto, a autora ainda não utilizou o termo “algoritmo” atrelado à palavra “governamentalidade”.

Foi em uma conferência realizada em 2013, intitulada *Algorithmic Governmentality and the End(s) of Critique*, então, que apareceu a expressão “governamentalidade algorítmica”.

A condução da ação dos indivíduos por meio de funções, em torno dos *Big Data* e *Data Mining*, pode ser denominada de “governamentalidade algorítmica”. Mas, ela se fundamenta no conceito de governamentalidade de Michel Foucault, notadamente no seminário “Segurança, Território, População” (1977-1978), acrescido e transformado pelas funções algorítmicas (FOUCAULT, 2008a.). Para Michel Foucault, ao escrever sobre *O Sujeito e o Poder*, texto este compilado em apêndice pelos autores Hubert L. Dreyfus e Paul Rabinow, o exercício do poder é

[...] um modo de ação sobre as ações dos outros, quando as caracterizamos pelo "governo" dos homens, uns pelos outros - no sentido mais extenso da palavra, incluímos um elemento importante: a liberdade. O poder só se exerce sobre "sujeitos livres", enquanto "livres" - entendendo-se por isso sujeitos individuais ou coletivos que têm diante de si um campo de possibilidade onde diversas condutas, diversas reações e diversos modos de comportamento podem acontecer. (DREYFUS; RABINOW, 1995,

p. 244)

Para ele, a adoção desse tipo de governo foi o modo astuto com que o Estado moderno marcou sua presença por meio “[...] de um poder que se exerce mais sobre uma multiplicidade do que sobre um território.” (FOUCAULT, 2008a, p. 173). Aqui se coloca uma indagação: qual lógica poderia estar por trás dessa estratégia? Uma alternativa de resposta seria pensar que a lógica dessa estratégia consiste em operar na realidade, fazendo os elementos da realidade atuarem uns em relação aos outros por intermédio de uma série de análises, combinações e disposições específicas. Trata-se mesmo de uma “física do poder”, vale dizer:

[...] um poder que se pensa como ação física no elemento da natureza e um poder que se pensa como regulação que só pode se efetuar através de e apoiando-se na liberdade de cada um, creio que isso aí é uma coisa absolutamente fundamental. Não é uma ideologia, não é propriamente, não é fundamentalmente, não é antes de mais nada uma ideologia. É primeiramente e antes de tudo uma tecnologia de poder, é em todo caso nesse sentido que podemos lê-lo. (FOUCAULT, 2008a, p. 64).

A condução da vida e dos corpos opera sobre uma determinada quantidade e qualidade de meios em que se identifica um acontecimento do qual possam ser extraídos dados regulares e suscetíveis de entrarem em jogos de probabilidade.

Os dispositivos atuam para deixar acontecer, não interferindo até certo nível e aproveitando-se da força dos acontecimentos como forma de controlá-los e conduzi-los. Michel Foucault entendia o acontecimento como uma física imaterial, caracterizada pela própria relação, tal como se pode perceber em seus dizeres:

Certamente o acontecimento não é nem substância nem acidente, nem qualidade nem processo; o acontecimento não é da ordem dos corpos. Entretanto, ele não é imaterial; e sempre no âmbito da materialidade que ele se efetiva, que é efeito; ele possui seu lugar e consiste na relação, coexistência, dispersão, recorte, acumulação, seleção de elementos materiais; não é o ato nem a propriedade de um corpo; produz-se como efeito de e em uma dispersão material. Digamos que a filosofia do acontecimento deveria avançar na direção paradoxal, a primeira vista, de um materialismo do incorpóreo. (FOUCAULT, 1996, p. 57-58).

Esse modo de governar efetivado por meio de algoritmos designa globalmente certo tipo de racionalidade controladora que repousa sobre “[...] a coleta, agregação e análise automatizada de dados em quantidade massiva de modo a modelizar, antecipar e afetar, por antecipação, os comportamentos possíveis.” (ROUVROY; BERNS, 2015, p. 42). Há uma descentralização do indivíduo, transformando o papel das subjetivações comuns às formas discursivas de ação política. Os sistemas tecnológicos dispensam a tradicional identificação dos indivíduos, com seus nomes reais, cadastros de pessoas físicas, entre outras, para viabilizar circulações e relações, embora isso não signifique que não sejam capazes de reconhecerem os mais diversos desejos de consumo. Desse modo, eles funcionam em um fluxo frenético, no qual não se enclausuram indivíduos. No entanto, ao serem abertas as tantas janelas, verdadeiras vitrines de bens e serviços, multiplicam-se os meios de consumo, sendo possível se chegar até mesmo a uma certa manipulação de interesses e intenções dos indivíduos, ainda que não se trate de um total controle de consciências. Uma metáfora do tráfego pelas estradas pode ser aqui suscitada. As estradas abertas permitem que os indivíduos trafeguem livremente, mas isso não significa não possam estar sob alguma forma de manipulação (DELEUZE, 1999, p. 5). Aqui está o segredo da governança algorít-

mica: quanto mais estradas forem abertas, maior será a livre circulação e, paradoxalmente, mais mecanismos reguladores serão ativados. Certa normatividade surgirá a partir de operações cujas funções são atualizadas pelos algoritmos. O desvio ou a não operação nos valores determinados, enquanto anomalia, é configurada como “falha” ou “erro”, alimentando as informações do algoritmo e redefinindo os fluxos tão imediatamente quanto a “realidade” é lida pelas máquinas. Nesse sistema de controle e condução, as falhas ou erros desaparecem no processo de reorganização dos dados que redefinem perfis e dirigem comportamentos.

Essa governança mantém a aparência de estar sob a “liberdade” da pluralidade. O espaço público estaria garantido pelo amplo acesso ao meio virtual e à conectividade, sem a necessidade de debater sob quais interesses se encontra sua gestão. É um sistema que busca evitar o imprevisível, sob a garantia dessa “liberdade”, para cada um ser plenamente quem de fato é. No entanto, a sua maquinaria é engendrada para que o sujeito ceda espaço aos perfis que lhe são atribuídos de modo programado e alimentados por seus “traços” depositados em suas entradas e saídas cotidianas nos sistemas tecnológicos de informação e comunicação. Ilustra bem aqui a autora Shoshana Zuboff, no seu livro *The age of surveillance capitalism - the fight for a human future at the new frontier of power*, em que coloca o ques-

tionamento se haverá indivíduos trabalhando por uma máquina inteligente ou indivíduos inteligentes ao redor de uma máquina? (ZUBOFF, 2019, p. 10). Ainda introdução diz a autora: “O reino digital está ultrapassando e redefinindo tudo o que é familiar, mesmo antes de termos a chance de ponderar e decidir.” (ZUBOFF, 2019, p. 11). Tal ideia ainda segue salientada pela mesma autora, quando ela assim diz:

Houve um tempo em que você pesquisava no Google, mas agora o Google pesquisa você. Anúncios do Google Home mostram famílias amorosas que levam vidas ocupadas e complicadas, mas visivelmente aliviadas por voltar para casa e cair nos braços deste zelador onisciente e eficiente. (ZUBOFF, 2019, p. 248)

Nesse ciberespaço coletor e selecionar de dados, o sujeito está desafiado a exercitar sua autonomia, diante do automatismo engendrado pelos novos sistemas tecnológicos. É aqui que o sujeito pode ir caindo em novas configurações como será apresentado na próxima etapa.

4. A ressignificação dos processos de subjetivação

A racionalidade governamental se nutre de dados objetivos, aparentemente insignificantes e sem a marca do sujeito. Criam-se modelos de comportamento sem que o indivíduo perceba a condução de suas ações pelas funções acionadas por meio dos algoritmos. E quanto mais são utilizados dispositivos tecnológicos, mais se potencializa o controle das ações e ela produz efeitos sobre uma mais ampla gama de indivíduos e grupos. Aqui se entra no reino das chamadas máquinas assignificantes, ou seja, aquelas que são “[...] capazes de ‘ver’ esses estratos, ‘ouvi-los’, ‘cheirá-los’, registrá-los, ordená-los e transcrevê-los, o que é impossível para os sentidos e a linguagem humana.” (LAZZARATO, 2014, p. 78). No fundo, as semióticas assignificantes e essas máquinas operam da mesma maneira com o mundo pré-verbal da subjetividade humana, habitado por semióticas não verbais, afetos, temporalidades, intensidades, movimentos, velocidades, não atribuíveis a um eu identitário, a um sujeito individuado, e, dessa maneira, dificilmente, se tornam apreensíveis pela linguagem.

Busca-se fazer com que os elementos da realidade se relacionem uns com os outros, não a partir da intervenção sobre eles, mas pela condução de processos de controle do ambiente. Os indivíduos passam a ser toda uma série

de contingências e de dados de realidades distintas e específicas. A multiplicidade de dados possibilita uma maior incidência da ação de gestão da vida sobre os mínimos detalhes, sempre com maior eficiência. Muito da eficiência dos dispositivos está em operar com o desejo dos indivíduos, que aparentam estarem realizando seus interesses. A lógica maquinaria é a seguinte: como os algoritmos facilitam e tornam os deslocamentos em direção a determinados desejos viáveis, e até mesmo inevitáveis, a adesão “livre” dos indivíduos será a fonte principal da própria atualização da potência crescente dos dispositivos controladores da vida. A estratégia da correlação de dados busca adaptar os desejos dos indivíduos às ofertas e às possibilidades inerentes à velocidade de circulação. Vai-se ao ato sem passar pela elaboração do desejo. Assim, ficam anuladas as etapas da troca de opiniões e gostos motivadores da escolha. Os dados parecem produzir o benefício objetivo, dentro de condutas possíveis e efetivas, sem acionar as condições espaciais, temporais, subjetivas e significantes. Evitam-se as formas de desvios subjetivos, encurtando a distância espaço-temporal entre estímulo e resposta-reflexo.

O caráter geral, massificado, sem significação, faz com que os indivíduos deixem os dados por aí, sem se importarem com suas destinações. Será a heterogeneidade, a estrutura fragmentária e assignificante, que formará a aparência

de pouca intencionalidade no armazenamento, garantindo a objetividade de suas informações. Permanecer no anonimato, aparentemente, leva os indivíduos a deixarem seus “traços” à disposição da maquinaria algorítmica. Os indivíduos têm seus desejos realizados e passam a se identificar, com certa regularidade, aos fenômenos com os quais se envolvem. Tem-se um conjunto de indivíduos não mais marcados por um lugar, uma norma, uma identidade, mas caracterizados, cada um, como uma espécie de bioaplicativos, dispositivos prontos para a produção e recepção daqueles “traços” na rede global.

Busca-se produzir uma política preditiva, determinando decisões com base nos processos autômatos, eliminando quase por completo uma característica fundamental da ação política, o risco de sua imprevisibilidade. E aqui se encontra o componente bastante sedutor dos algoritmos, o de que está se construindo uma vida mais segura, estável e produtiva. O humano, na dimensão de sua subjetividade, se tornaria parte do mecanismo das máquinas e tecnologias de dados.

A governança algorítmica opera como uma memória do futuro, por meio de uma realidade aumentada pela percepção do presente, através do uso de dados sem qualquer relação e sem significantes de pertencimento. No governo por algoritmos, o real e o possível apresentam-se aos sujeitos de modo que a eles cabe apenas se deixarem conduzir

para os caminhos “naturais e corretos”, aparentemente individualizados, porque provêm do perfil do usuário, haja vista que é a própria leitura da realidade, objetivada e sem interferências subjetivas. Sua potência de criar uma realidade é tão grande quanto sua capacidade de registrar os dados e formar os perfis. Seus mecanismos suscitam desejos e necessidades de consumo e de posições políticas e ideológicas, despolitizam mediante a anulação das subjetividades políticas, diminuindo as esferas do debate, da diversidade e da escolha.

O sujeito confessional, para quem “tudo deve ser dito”, é aquele que ativa “[...] mecanismos de poder para cujo funcionamento o discurso [...] passou a ser essencial.” (FOUCAULT, 2011, p. 29). Nenhuma das formas de lidar com as relações de poder, em funcionamento e com percursos próprios, deixa de se encontrar nas estratégias de controle e dominação. A governança algorítmica acrescenta-se a esses processos já existentes e configura-se como um governo de controle e dominação, sem deixar que isso transpareça aos sujeitos que o alimentam com seus dados e desejos.

As aberturas propiciadas pela tecnologia massiva de dados possibilitam o acesso a informações e redes colaborativas, mas elas vêm acompanhadas de fechamentos e controles, especialmente na medida em que os algoritmos são fabricados por grandes empresas e monopólios dos sistemas de comuni-

cação. Esse é um dilema que se apresenta, pois, na governança algorítmica, “[...] não se age, não se cria, modela-se.” (PARRA, 2016). Ocorre um definhamento, quando não a anulação mesmo, das deliberações públicas e das reflexões plurais e diversificadas. O saber que surge aparece como verdade real, imparcial e indubitável dos traços deixados pelos indivíduos. As divergências políticas, os dissensos coletivos, as resistências e as contestações ficam situadas na invisibilidade e na operosidade precária.

Nas ressignificações das subjetividades, de algum modo, há sempre presente riscos de controle e manipulação, aos quais o cuidado de si e o conhecimento de si ainda podem ser suscitados como alternativas de resistência, tal como se discutirá em seguida.

5. O cuidado de si e o conhecimento de si mesmo: resistência perante o controle

Mas, Michel Foucault não se esquece de propor alternativas para os processos de rarefação da subjetividade pela disciplina e pelo controle. Para tanto, ele vai desbravar o que se poderia chamar de problemáticas caras à educação do sujeito, aquelas que ultrapassam a disciplina e a analítica do poder, os modos de subjetivação constrangedoras e as práticas de vigilância e punição. Nesse sentido, consoante duas ideias centrais

de Michel Foucault, é preciso pensar as relações entre sujeito e verdade, mediadas pelas práticas de si. A primeira delas diz respeito à relação entre sujeito e verdade, tomada a partir do conceito de cuidado de si em sua dimensão existencial. Essa dimensão coloca em cena verdade e conhecimento, sujeito e saber. A segunda se refere à relação entre sujeito e verdade, a partir do conceito de *parresía*. Essa dimensão leva a problematizar à questão da indissociabilidade entre teoria e prática.

Quanto à primeira ideia central, Michel Foucault se ocupou, pelo menos, de duas grandes chaves de leitura para chegar às discussões sobre as tais práticas de si: a modernidade no Ocidente (do século XVI ao XIX, com atenção especial às práticas cristãs) e a Antiguidade greco-romana. Ao “complicar” o estudo das governamentalidades, ele persegue o domínio das práticas de si, mas, agora, sobre os textos clássicos, desde os últimos tempos antes era cristã até os primeiros séculos seguintes. Mais do que as “tecnologias do eu”, ganha relevo a noção de “cuidado de si” e “conhecimento de si”, como possibilidades de manifestação do preceito ético da constituição da existência. Aqui o sujeito se autoconstitui, buscando ajudar-se com essas práticas de si. No fundo, ele pretende investigar os dois modos de o sujeito voltar-se para si mesmo. Trata-se das noções de cuidado de si (*epiméleia heautoû*) e de conhecimento de si (*gnôthi seautón*).

Mesmo estando presente em toda filosofia clássica greco-romana, Michel Foucault reconhece que a noção de cuidado de si (*epiméleia heautoû*) ficou relegada a uma noção marginal, pouco explorada, “[...] para a qual a historiografia da filosofia [...] não concedeu maior importância.” (FOUCAULT, 2004b, p. 5). No entanto, a importância do conceito é fundamental, acima de tudo no tocante ao cerne daquilo que constitui os modos de subjetivação na qualidade mesma de atitude filosófica. Além disso, Michel Foucault indica que “[...] a incitação a ocupar-se consigo mesmo alcançou, durante o longo brilho do pensamento helenístico e romano, uma extensão tão grande que se tornou [...] um verdadeiro fenômeno cultural de conjunto.” (FOUCAULT, 2004b, p. 13). Tal preceito ganha ainda importância, na medida em que ele se constitui em um momento histórico específico, no qual aflora o que se entende como “cultura de si”: uma cultura em que tanto se desenvolve e se opera o preceito do cuidado consigo, quanto é também constituída por ele. Michel Foucault é muito preciso na definição de cultura de si, e, de um lado, no contexto greco-romano clássico, também do quanto ela concentra um conjunto de valores, regras, “campos de saber”, e, de outro, traz intrincadas relações de força que tais elementos estabelecem entre si, ou seja, relações de hierarquia, coordenação, exclusão, validação (FOUCAULT, 2004b, p.220-222). Como “fenômeno cultu-

ral”, o cuidado de si é uma espécie de agulhão a ser implantando “[...] na carne dos homens, cravado na sua existência, e constitui um princípio de agitação, um princípio de movimento, um princípio de permanente inquietude no curso da existência.” (FOUCAULT, 2004a, p. 11).

Entretanto, para além de mero fenômeno, o cuidado de si expressa, sobremaneira, um evento no pensamento. Como preceito básico de vida, o cuidado de si refere-se, assim, a uma noção bastante complexa, que diz respeito a uma atitude, a uma forma de atenção e a um princípio de movimento em termos de qualidade de transformação. Por atitude, entende-se uma escolha da existência, que implica um modo específico de estar no mundo, de encará-lo e, igualmente, de enfrentá-lo. Ainda que esteja falando do “si”, tal cuidado é inseparável de uma atitude também diante do outro. Não há cuidado de si que não implique um outro. Aí se encontra um dos pontos mais importantes dessa atividade consagrada a si mesmo: “[...] ela não constitui um exercício da solidão, mas sim uma verdadeira prática social.” (FOUCAULT, 1985, p. 57).

O cuidado de si pressupõe, ainda, como dito, uma forma de atenção e, como tal, uma forma particular de olhar para si mesmo. Trata-se de uma espécie de “conversão do olhar” (FOUCAULT, 2004b, p. 14). É ela que permite uma volta do exterior para o si e, com efeito, para o próprio pensamento. A atitude

de estar atento àquilo que se pensa seria indissociável daquilo que se pratica e que se exerce diante dos outros e diante do mundo. Por fim, o cuidado de si é marcado por um princípio de movimento, que envolve deslocamento e ação. Ele designa um conjunto preciso e austero de práticas, vale dizer, um conjunto de técnicas (tecnologias do eu) que se exerce sobre si mesmo com o propósito de transformação, da modificação, da transfiguração de si. São práticas que sugerem um labor, árduo e contínuo, persistente e interminável, a partir dos quais o indivíduo se constrói, gradativamente, como sujeito. Desse modo, tem-se todo um corpus definindo formas de reflexão e maneiras de ser que constituem uma espécie de fenômeno não somente na história das representações, nem somente na história das noções teóricas, mas na própria história da subjetividade ou, até mesmo, na história das práticas da subjetividade (FOUCAULT, 2004b, p. 15).

A ênfase do cuidado de si (*epiméleia heautoû*) está situada na exata medida de sua relação com o conhecimento de si (*gnôthi seautón*). Mais do que estar anelado ao cuidado de si, o conhecimento de si está a ele “subordinado” (FOUCAULT, 2004b, p. 7). É por meio do cuidado que o indivíduo mantém consigo mesmo que ele acede ao conhecimento sobre si e, por conseguinte, à própria transformação. Não há, portanto, cuidado sem conhecimento, como também não há conhe-

cimento sem modificação do ser mesmo do sujeito. Importa destacar a relação que se estabelece entre cuidado de si (*epiméleia heautoû*) e conhecimento de si (*gnôthi seautón*), porque ela põe em debate a problemática do sujeito (do sujeito do conhecimento e do conhecimento do sujeito).

Michel Foucault coloca a seguinte indagação: “[...] por que, a despeito de tudo, a noção de *epiméleia heautoû* (cuidado de si) foi desconsiderada no modo como o pensamento, a filosofia ocidental, refez sua própria história?” (FOUCAULT, 2004b, p. 15).

Agora, passa-se à segunda ideia central. É preciso aqui sublinhar o quanto a discussão entre teoria e prática ganha, nos últimos textos de Michel Foucault, uma ênfase diferenciada, sobretudo a partir da noção de *parresía*. Mais uma vez, defronta-se com as relações entre sujeito e verdade; neste caso, possível apenas porque, no jogo da autoconstituição ética do sujeito, a *parresía* é marcada por uma palavra que se fazia viva, posto que o sujeito se produzia na precisa medida de sua enunciação. A construção ética de si mesmo é inseparável, pois, de uma pragmática do discurso, em estado constante de afirmação, e inseparável de uma atitude de coragem: a *parresía* pressupõe, pois, a coragem da verdade. O tema da *parresía* assume considerável importância nos estudos que Michel Foucault realiza sobre os textos clássicos. Em todos, ele é bastante claro quanto à demarcação

do conceito e ao que remete, quando se trata da relação entre sujeito e verdade e, mais ainda, da problemática do cuidado de si: “Um dos significados originais da palavra grega *parresía* é o ‘dizer tudo’, mas na verdade ela é traduzida [...] por fala franca, liberdade da palavra.” (FOUCAULT, 2010, p. 42). A *parresía* refere-se a uma “qualidade moral”, a uma “atitude moral”, vale dizer, em uma palavra: a um *ethos* (FOUCAULT, 2004b, p. 450). Refere-se também a um procedimento técnico, ou seja, a uma *tékne*. Dizer isso pressupõe definir as bases sobre as quais a *parresía* se sustentava, isto é, como uma pragmática do discurso que se colocava, simultaneamente, como uma virtude, um dever e uma técnica. A virtude e o dever estavam atrelados à posição daquele que exerce a *parresía*, a saber, o *parresiasta*. Essa figura não se trata de um mero princípio de autoridade, mas sim de uma posição particular a ser ocupada por um diretor da existência: o mestre, o conselheiro ou o amigo: “[...] para que o discípulo possa efetivamente receber o discurso verdadeiro como convém, quando convém, nas condições em que convém, é preciso que este discurso seja pronunciado pelo mestre na forma geral da *parresía*.” (FOUCAULT, 2004b, p. 450). Do discípulo também se requer um *ethos*, a partir dos discursos verdadeiros: aquele do silêncio, da escuta – entendido também como “[...] exercícios de subjetivação.” (FOUCAULT, 2004b, p. 450).

Michel Foucault pergunta se a *parresía* seria, pois, uma “estratégia de persuasão”, um discurso retórico, performático ou, quem sabe, uma “maneira de ensinar” (FOUCAULT, 2010, p. 52). Afinal, o que caracteriza o discurso verdadeiro, nessa condição? Como *tékne*, de início, refere-se ao vínculo inarredável entre “[...] a verdade dita e o pensamento de quem a disse” (FOUCAULT, 2011, p. 12). Contudo, ele vai mais além, para alcançar a isonomia entre sujeito da enunciação e sujeito do enunciado (FOUCAULT, 2010, p. 62): “E o que autentica o fato de dizer-te a verdade é que, como sujeito de minha conduta, efetivamente sou, absoluta, integral e totalmente idêntico ao sujeito de enunciação que eu sou ao dizer-te o que te digo.” (FOUCAULT, 2004b, p. 492). Desse modo, há uma diferenciação imediata da *parresía* em relação à retórica e aos discursos performáticos, nos quais a verdade se concentra na maneira de dizer, com vistas ao convencimento, à persuasão e, ainda, na pressuposição de um embate hierárquico entre verdades em jogo. Para aquele que exerce a retórica, a performance ou a persuasão, o que importa é fazer acreditar, e não apresentar a verdade em si mesma (FOUCAULT, 2010, p. 66-67). Por sua vez, a *parresía*, porém, pertence a outra dimensão: ela se refere ao pacto, ao contrato estabelecido do sujeito consigo mesmo, à forma pela qual o sujeito se liga àquilo que enuncia, fazendo daí valer sua prática de liberdade, em to-

dos os seus riscos e suas consequências. E a *parresía* diferencia-se, ainda, do ensinar, e, mais, do “ato pedagógico”, tal como é entendido nos tempos modernos (FOUCAULT, 2004b, p. 69). Não se trata de uma prática de ensino ou da transmissão de saberes ou aptidões. A verdade do *parresiasta* não se assenta sobre a ordem da instrução, mas sim no propósito de modificar o ser mesmo do sujeito. Ela tem como objetivo, por meio da fala do verdadeiro e do franco falar, a verdade mesma do sujeito-discípulo: “[...] não posso ser chamado a alcançar uma certa verdade de mim mesmo a não ser por um outro que me exorta e me arranca de uma alienação primeira.” (GROS, 2004, p. 156). A *parresía* distancia-se do ato pedagógico também porquanto envolve não a comodidade do saber, mas, antes, o vigor da verdade com todas suas consequências, ou seja, implica não a previsibilidade de enunciar aquilo a que se sabe pelas vias de um conhecimento exterior a si, mas o risco e o perigo em seu extremo: “[...] os parresiastas são os que empreendem dizer a verdade a um preço não determinado, que pode ir até sua própria morte.” (FOUCAULT, 2010, p. 56).

Cuidar de si e dizer a verdade constituem, enfim, artes do pensamento e da experiência de alteridade. Todo o conjunto de noções e conceitos articulados a esses dois grandes gestos de vida e pensamento - como os de tecnologias do eu, práticas de si, escrita

de si, entre tantos outros, podem sugerir outras formas de fazer educação, de investigar e, sobretudo, de produzir a nós mesmos, acolhendo o fato de que há escolhas ético-políticas que podem ser feitas todos os dias. Ao serem feitas essas escolhas, não se teme a emergência da verdade e a aderência a ela, enquanto algo que ocorre no espaço vigoroso criado entre o gesto assumido e a autotransformação em nós operada por meio de um poder de se afetar a si e por si mesmo. Há aí outro modo de falar e viver o que se entende por subjetividade: ambos guardam relação com poder e saber, por certo, mas não se limitam a essa subordinação, indo além dela, justamente, porque se está além de jogos de poder e saber.

Vale ressaltar que o “[...] cuidado de si é uma espécie de agulhão que deve ser implantado na carne dos homens, cravado na sua existência[...].” (FOUCAULT, 2006, p. 11). É no cuidado de si mesmo, na valorização da própria subjetividade, que a tentativa de dominação, disciplinar ou tecnológica, perde sua força, porquanto o conhecimento de si mesmo traz a possibilidade não só de se perceber perante o sistema, mas também de identificar as diversas tentativas de manipulação das massas. Por isso, afirma Michel Foucault, o cuidado de si é “[...] um princípio de agitação, de um movimento, um princípio permanente de inquietude no curso da existência.” (FOUCAULT, 2006, p. 11). Tal é uma possibilidade de resistência

perante possíveis manipulações. O sujeito deixa de ser passivo perante as manipulações e se torna um agitador para recuperar sua individualidade. Como se tem dito, “Sócrates é sempre, essencial e fundamentalmente, aquele que interpelava os jovens na rua e lhes dizia: “É preciso que cuideis de vós mesmos.” (FOUCAULT, 2006, p. 11). É com essa prática que ainda se pode manter viva a esperança de uma sociedade livre, justa e fraterna, afastando todas as formas de manipulação das massas ou manobra dos seus indivíduos.

Nesse sentido, são imprescindíveis aliados do avanço tecnológico o cuidado de si e o conhecimento de si, haja vista que a reflexão sobre essa maestria de si socrática é realizada, na ótica foucaultiana, na perspectiva da filosofia helenística estoica e epicurista (DREYFUS; RABINOW, 1995, p. 259-260), além de não desconsiderar a autonomia do sujeito moderno cartesiano e kantiano, tal como se encontra na entrevista compilada como apêndice da obra *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. (DREYFUS; RABINOW, 1995, p. 276-278). O cuidado de si e o conhecimento de si configuram formas de manter viva a subjetividade e suas possibilidades de ações livres, ainda que o panóptico do governo dos algoritmos esteja rodeando-a por todos os lados. O sujeito deixa de ser número, estatística, probabilidade e se torna senhor de sua própria história. Por isso, mesmo pe-

rante o governo de algoritmos, a política não precisa morrer, pois é possível agir, movimentar pela valorização da individualidade através do cuidado de si. Assim, mais do que uma estratégia de poder e saber, sobretudo, trata-se de uma relação consigo e, nesse sentido, de maneira genuína, se pode falar de arte de si e de células de resistência subjetivas a múltiplas formas disciplinadoras, controladoras, as quais vão ganhando, nos tempos hodiernos, inclusive, configurações e reconfigurações manipuladoras ou alienantes, sejam elas reais ou virtuais.

Conclusão

A instalação de uma vida panóptica não é nova. A partir da concepção de Jeremy Bentham sobre um panóptico prisional, essa ideia de vigilância total dos corpos individuais teve bastante repercussão devido a Michel Foucault, para quem a sociedade seria organizada em conformidade com os desejos manifestados em um sistema de controle e regulação da vida individual, de modo que os sujeitos se comportassem da maneira desejada pelo poder controlador. O poder dos algoritmos, encontrados em sistemas de coleta e seleção de dados, tornou-se uma realidade. No panóptico digital, a confiança entre sujeitos não perde apenas seu espaço, mas também seu significado e seu sentido. As informações merecedoras de credi-

bilidade, agora, são aquelas que estão dispostas ao alcance de um toque digital. São perceptíveis as aberturas propiciadas pela tecnologia massiva de dados, viabilizando o acesso a informações e redes, mas, por trás dessa disponibilidade, há uma lógica de filtros e controles, especialmente na medida em que os algoritmos são fabricados por grandes empresas e monopólios dos sistemas de comunicação. Este é o dilema crucial que se encontra na governança algorítmica e seus impactos na subjetividade.

Na governança algorítmica, quanto mais estradas forem abertas, maior será a livre circulação e, paradoxalmente, mais mecanismos reguladores serão ativados. A regulação segue a partir de operações cujas funções são atualizadas pelos algoritmos. O desvio ou a não operação nos padrões determinados, enquanto anomalia, é lida como erros, alimentando as informações do algoritmo, que se encarrega da redefinição dos fluxos tão rapidamente quanto a própria “realidade” é capturada pelas máquinas. Nesse sistema de controle e condução, as falhas detectadas devem desaparecer no processo de reorganização dos dados que irão redefinir perfis e comportamentos. Essa governança conserva a aparência de estar sob a “democracia” da pluralidade. Assegura-se pleno acesso ao meio virtual e à conectividade, sem a necessidade de se debater sob quais interesses se encontra sua gestão. Trata-se de um sistema que busca

fazer crer que há contenção do imprevisível, sob a garantia de “liberdade” para cada um ser plenamente quem de fato é.

Nesse sentido, o sujeito pode seguir com uma participação ativa, conforme seus próprios dados vão sendo depositados em entradas e saídas cotidianas nos sistemas tecnológicos de informação e comunicação. No curso da expansão dessa sistemática algorítmica, de maneira gradativa, vão se operando novas formas de subjetividade. Ela começa a passar por outras configurações através de dados armazenados e classificados por centros artificiais de tratamento estratégico e cálculos estatísticos, dos quais podem se valer o poder e o mercado.

No entanto, isso não significa necessariamente uma anulação dos sujeitos. Ao propor o cuidado de si e conhecimento de si como possibilidades de recuperação da própria subjetividade, a partir de Michel Foucault, fica ainda aberto um horizonte de esperança de resistências de indivíduos que não se deixam manobrar perante manipulações tecnológicas. No cuidado de si

e no conhecimento de si como prática de uma maestria do eu, o sujeito deixa de ser massa e se torna indivíduo no grupo. Além disso, ele deixa o agrupamento e se converte em sujeito de ação livre, direcionada até mesmo para o bem não só individual, como também coletivo. Assumindo essas práticas de si, mesmo com as transformações operadas, esse sujeito ainda pode preservar sua subjetividade em face de sistemas tecnológicos, quando eles engendram manipulações de sua própria individualidade ou a sujeição dos seus direitos. Mesmo experimentando transformações nas interações com os sistemas, esse sujeito, porque conserva as práticas de si, será capaz de resistir, agitar e movimentar a vida com independência, não obstante os eventuais maquinismos circulantes nos sistemas tecnológicos. Afinal, a subjetividade livre ainda pode ser preservada de possíveis manipulações, tendo como alternativas as práticas efetivas do cuidado de si e do conhecimento de si a serem exercitadas por cada indivíduo no curso de sua própria existência.

Referências

- ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Tradução de Roberto Raposo. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. 352 p.
- BENTHAM, Jeremy. *O Panóptico*. Tradução de Guacira Lopes Louro, M. D. Magno, Tomaz Tadeu. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. 87 p.
- DELEUZE, Gilles. *Foucault*. Tradução de C. S. Martins. São Paulo: Brasiliense, 2006. 144 p.
- DELEUZE, Gilles. *O ato de criação*. Tradução de J. M. Macedo. Folha de S. Paulo, 27 de junho de 1999, p. 4-5. Disponível em <http://intermidias.blogspot.com.br/2007/07/oato-de-criao-por-gilles-deleuze.html>. Acesso em: 05 dez. 2016.
- DREYFUS, Hubert L; RABINOW, Paul. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. 299 p.

- FOUCAULT, M. *História da sexualidade I. A vontade de saber*. Tradução. de M. T. C. Albuquerque e J. A. G. Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 2011. 176 p.
- FOUCAULT, Michel. *O governo de si e dos outros*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2010. 384 p.
- FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População. Curso dado no Collège de France*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a. 572 p.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008b. 238 p.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: Aula Inaugural no College de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996. 79 p.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes, 1987. 288 p.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. 4. ed, Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984. 111 p.
- FOUCAULT, Michel. *A Hermenêutica do Sujeito: curso dado no collège de France (1981-1982)*. Tradução de Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2006. 680 p.
- GROS, Frédéric. *A parresia em Foucault*. In: GROS, Frédéric (org.). *Foucault: a coragem da verdade*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004. p. 156-204.
- HAN, BYUNG-Chul. *No enxame: perspectivas do digital*. Tradução de Lucas Machado. Petrópolis: Vozes, 2018. 134 p.
- LANIER, Jaron. *Dez argumentos para você deletar agora suas redes sociais*. Tradução de Bruno Casotti. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018. 152 p.
- LAZZARATO, M. *Signos, máquinas, subjetividades*. Tradução de Paulo Oneto. São Paulo: Sesc, 2014. 416 p.
- PARRA, H. "Abertura e controle na governamentalidade algorítmica". *Revista Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 68, n. 1, mar. de 2016. Disponível em http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252016000100013&lng=en&nrm=isso. Acesso em: 28 nov. 2016.
- ROUVROY, Antoniette. *Technology, virtuality and utopia: governmentality in an age of autonomic computing*. In: HILDEBRANDT, Mireille; ROUVROY, Antoniette. *Law, human agency and autonomic computing - the philosophy of law meets the philosophy of technology*. New York: Routledge; Mireille Hildebrandt and Antoniette Rouvroy Editors, 2011. p. 119-140.
- ROUVROY, A., BERNS, T. *Governamentalidade algorítmica e perspectivas de emancipação: o dispar como condição de individualização pela relação?* Tradução de P H. Andrade. *Revista Eco Pós*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 36-56. 2015.
- ZUBOFF, Shoshana. *The Age of Surveillance Capitalism - The Fight for a Humana at the New Frontier of Power*. New York: PublicAffairs, 2019. 717 p.

Recebido: 24/09/2020

Aprovado: 19/01/2021

Publicado: 31/01/2021